

PROJETO DE LEI Nº 48, DE 27 DE MARÇO DE 2025

Dispõe sobre a criação de pontos para divulgação do trabalho de proteção à mulher e para recebimento de denúncias de violência contra a mulher em grandes eventos no município de Uruguaiana.

Art. 1º Ficam instituídos os Pontos de Divulgação do Trabalho de Proteção à Mulher no Município de Uruguaiana, bem como espaços destinados ao recebimento de denúncias de violência contra a mulher, a serem instalados durante a realização de grandes eventos, com o objetivo de garantir o acesso imediato das vítimas à rede de apoio e promover sua proteção e acolhimento.

Art. 2º Os pontos serão instalados em locais estratégicos durante a realização de grandes eventos do município, como festivais, shows, feiras, festas populares, eventos esportivos e culturais, ou qualquer outra atividade de grande público, visando a divulgação dos trabalhos do município para a proteção da mulher e garantindo que as mulheres em situação de violência possam realizar denúncias de forma segura.

Art. 3º Os pontos de divulgação e denúncia serão compostos por:

I. Profissionais capacitados para informar e orientar mulheres sobre os procedimentos legais e encaminhá-las para a rede de proteção;

II. Cartazes e materiais informativos sobre os tipos de violência contra a mulher, canais de denúncia (como o Ligue 180 e a Delegacia da Mulher) e serviços de apoio psicológico e jurídico disponíveis;

III. Divulgação dos serviços de saúde, bem como de informações sobre prevenção de doenças em geral.

Parágrafo Único: Se houver manifestação de alguma vítima no ponto de apoio e divulgação, esta deverá ser acolhida e encaminhada de imediato à Delegacia da Mulher do Município, em conformidade com a Lei Federal nº 11.340/2006.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá destinar recursos financeiros, humanos e materiais para a instalação, operação e treinamento dos profissionais responsáveis pelos pontos de denúncia, observada a disponibilidade orçamentária e conforme critérios estabelecidos em regulamento.

Parágrafo Único: O regulamento deverá ser elaborado no prazo de 180 dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Vereadora Manoela Couto, em 27 de março de 2025.


Ver.ª MANOELA ROSA COUTO

JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem como objetivo instituir Pontos de Divulgação do Trabalho de Proteção à Mulher e espaços destinados ao recebimento de denúncias de violência contra a mulher durante a realização de grandes eventos no Município de Uruguaiana. A iniciativa visa ampliar a visibilidade das políticas públicas de combate à violência de gênero, bem como oferecer um canal de acolhimento e encaminhamento imediato para vítimas em situação de vulnerabilidade.

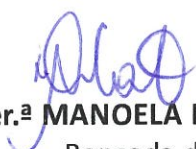
A violência contra a mulher é um problema social grave e persistente, demandando ações concretas do Poder Público para prevenção, conscientização e atendimento às vítimas. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os casos de violência doméstica e feminicídio têm se mantido em níveis alarmantes no Brasil, o que demonstra a necessidade de ampliar os meios de proteção e denúncia.

Grandes eventos, como festivais, feiras, festas populares e competições esportivas, são ambientes nos quais as mulheres podem estar mais vulneráveis a diversas formas de assédio e violência. Assim, a presença de pontos de atendimento nesses locais facilita o acesso imediato das vítimas à rede de proteção, garantindo atendimento humanizado e encaminhamento ágil às autoridades competentes, como a Delegacia da Mulher e demais órgãos de assistência.

O projeto também prevê a capacitação de profissionais que atuarão nesses pontos, permitindo que a abordagem às vítimas seja feita de maneira sensível e eficaz. Além disso, a ampla divulgação de informações sobre os canais de denúncia e serviços de apoio contribui para fortalecer a conscientização da população e incentivar o enfrentamento da violência de gênero.

Do ponto de vista da viabilidade administrativa, o projeto respeita os limites constitucionais do Poder Legislativo Municipal, conferindo ao Executivo a competência para regulamentação e implementação das medidas previstas, observada a disponibilidade orçamentária. O prazo de 180 dias para a regulamentação busca assegurar que a lei tenha efetividade e seja aplicada de forma organizada e eficiente.

Diante do exposto, este Projeto de Lei representa um avanço nas políticas públicas de proteção às mulheres, promovendo um ambiente mais seguro e inclusivo no Município de Uruguaiana. Por essas razões, conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.


Ver.^a MANOELA ROSA COUTO
Bancada do PDT